

## Produção ativa da escala e soberania alimentar: o caso da feira-livre do município de Pacaembu/SP (2017-2019)<sup>1</sup>

Active production of the scale and food sovereignty: the case of the street market in the municipality of Pacaembu, São Paulo State, Brazil (2017-2019)

Producción activa de la escala y soberanía alimentaria: el caso de la feria libre del municipio de Pacaembu, Estado de São Paulo, Brasil (2017-2019)



**Valmir José de Oliveira Valério**

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo – Brasil

[valmir.valerio@unesp.br](mailto:valmir.valerio@unesp.br)

**Resumo:** O atual sistema hegemônico de produção e abastecimento alimentar submete produtores e consumidores ao crivo da dependência em relação às cadeias de atravessadores, fazendo com que a separação entre ambos constitua o trunfo com o qual o capital comercial e industrial controla a produção, a distribuição e o consumo. Nesse âmbito, enquanto expressão espacial de processos contraditórios de competição e cooperação, o conceito de produção ativa da escala apresenta possibilidades de superação das relações de dependência e subalternidade derivadas do sistema alimentar hegemônico, oferecendo caminhos para a emancipação das relações alimentares. Com efeito, este artigo tem por objetivo analisar os elementos que corroboram para a construção de um sistema alimentar alternativo, embasado nos princípios da produção ativa da escala e da soberania alimentar. Para isso, apresentamos exemplos resultantes da revisão

bibliográfica e de trabalhos de campo, com especial atenção para o caso da feira-livre do município de Pacaembu/SP. De maneiras diferentes, estes casos mostram que, não obstante as múltiplas adversidades, a aproximação entre produtores e consumidores traz em si o substrato que pavimenta os caminhos para a transição da dependência à soberania e, conseqüentemente, para a emancipação da comida e dos hábitos alimentares.

**Palavras-chave:** Sistema alimentar. Produção ativa da escala. Soberania alimentar. Emancipação.

**Abstract:** The current hegemonic system of food production and supply submits producers and consumers to the sieve of dependence on the chains of middlemen, making the separation between the two constituting the resource with which commercial and industrial capital controls production, distribution and consumption. In this context, as a spatial expression of contradictory processes of competition and cooperation, the concept of active production of the scale presents possibilities for overcoming the relationships of dependence and subordination derived from the hegemonic food system, offering paths for the emancipation of food relations. Indeed, this article aims to analyze the elements that support the construction of an alternative food system, based on the principles of active production of the scale and food sovereignty. For this, we present examples resulting from the literature review and field work, with special attention to the case of the street market in the municipality of Pacaembu, São Paulo state, Brazil. In different ways, these cases show that, despite the multiple adversities, the rapprochement between producers and consumers brings with it the substrate that paves the way for the transition from dependence to sovereignty and, consequently, for the emancipation of food and eating habits.

**Keywords:** Food system. Active production of the scale. Food sovereignty. Emancipation.

**Resumen:** El actual sistema hegemónico de producción y suministro alimentario somete a productores y consumidores al tamiz de la dependencia de las cadenas de intermediarios, haciendo que la separación entre ambos constituya el activo con el que el capital comercial e industrial controla la producción, distribución y consumo. En este contexto, como expresión espacial de procesos contradictorios de competencia y cooperación, el concepto de producción activa de la escala presenta posibilidades de superación de las relaciones de dependencia y subordinación derivadas del sistema alimentario hegemónico, ofreciendo caminos para la emancipación de las relaciones alimentarias. En efecto, este artículo tiene como objetivo analizar los elementos que sustentan la construcción de un sistema alimentario alternativo, basado en los principios de producción activa de la escala y soberanía alimentaria. Para ello, presentamos ejemplos resultantes de la revisión de la literatura y el trabajo de campo, con especial atención al caso de la feria libre en el municipio de Pacaembu, São Paulo, Brasil.

En maneras diferentes, estos casos muestran que, a pesar de las múltiples adversidades, el acercamiento entre productores y consumidores trae consigo el sustrato que allana el camino para la transición de la dependencia a la soberanía y, en consecuencia, la emancipación de la alimentación y de los hábitos alimentarios.

**Palabras clave:** Sistema alimentario. Producción activa de la escala. Soberanía alimentaria. Emancipación.

## Introdução

Para além dos limites colocados pela abordagem matemática, o conceito de escala possibilita superar a perspectiva cartográfica de medidas e proporções, o que abre as portas para dimensões e contradições intrínsecas aos fenômenos socioespaciais. Como produto fundamentalmente social, a escala geográfica se funda nas relações responsáveis pela sua materialização. Consequentemente, enquanto expressão espacial de processos contraditórios de competição e cooperação, a produção da escala geográfica permite analisar a disputa social pelo estabelecimento de fronteiras entre diferentes espaços (SMITH, 2000).

Isto posto, para a análise do campesinato e da forma específica como este organiza a sua produção em relação ao tamanho da área agrícola disponível e, principalmente, a maneira como são construídas as respectivas escalas de comercialização, neste artigo a construção da escala geográfica é entendida como possibilidade de resistência e emancipação, conforme proposto por Smith (2000).

O conceito de produção ativa da escala (SMITH, 2000) permite compreender a importância da existência de estratégias de produção e transporte que, acionadas pelo campesinato, podem resultar no equacionamento entre a *diversidade* de tipos cultivados e a *quantidade* a ser plantada de cada produto em relação ao tamanho do estabelecimento e dos recursos de transporte disponíveis.

Imprescindível para o processo de produção ativa da escala, é a utilização de recursos de transporte que torna possível o controle das escalas de comercialização da produção, possibilitando superar a dependência em relação aos atravessadores e estabelecer relações de proximidade com base nos princípios da soberania alimentar.

O processo de produção ativa da escala se dá, portanto, desde o modo como o camponês administra a equação quantidade *versus* diversidade em relação às dimensões do seu estabelecimento (predominantemente de extensão reduzida), até as estratégias e recursos de transporte utilizados para “saltar” as escalas (SMITH, 2000) impostas pelo atual sistema hegemônico de produção e abastecimento alimentar.

Principal referência para a construção de propostas alternativas de produção e abastecimento, a soberania alimentar reivindica o direito de todos os povos e/ou países poderem decidir sobre os seus próprios hábitos alimentares, de maneira que os alimentos sejam produzidos e consumidos nas escalas local e regional (VIA CAMPESINA, 1996). O conceito de soberania alimentar coloca os camponeses no centro, oferecendo um caminho para superarem a dependência imposta pelo mercado capitalista.

A soberania alimentar não implica em um retorno romântico ao passado, mas no resgate de práticas e saberes tradicionais combinados, na medida do possível, com novas tecnologias e conhecimentos. Da mesma maneira, a soberania alimentar não constitui uma abordagem localista que mistifica o pequeno, mas uma maneira de “repensar o sistema alimentar mundial para promover formas democráticas de produção e de distribuição de alimentos” (ESTEVE, 2017, p. 194).

Nesse sentido, para não incorrer em riscos de “fetichização” da teoria, apresento em seguida casos concretos que respaldam possibilidades para pensar a construção de outro sistema alimentar. Da mesma maneira, para que a teoria esteja fundamentada na realidade verificada em campo, apresento ainda um estudo de caso realizado no município de Pacaembu/SP, o qual permite identificar alguns dos principais elementos constituintes da produção ativa da escala e da soberania alimentar.

## Produção ativa da escala: pela soberania na produção e distribuição de alimentos

Quando me refiro à produção *ativa* da escala, não quero com isso dizer que a responsabilidade pelo fracasso ou sucesso da agricultura camponesa dependem exclusivamente de iniciativas individuais. Isso porque, devido às especificidades da atividade agrícola, sobretudo quanto ao seu elevado grau de imprevisibilidade resultante da manipulação de organismos vivos em um contexto de *controle limitado* dos processos produtivos e, também, à sua importância no abastecimento alimentar da sociedade e na manutenção da lógica de reprodução do capital, os subsídios agrícolas são uma realidade em diversos países do mundo, com destaque para a China, Europa e Estados Unidos (CHADE, 2015).

Não obstante, assim como na maioria dos países, no caso brasileiro a utilização de subsídios agrícolas contempla prioritariamente grandes produtores de *commodities*, com o agravante de que aqui os poucos recursos destinados aos pequenos produtores de alimentos têm sido cada vez mais contingenciados, a exemplo do PAA, apontado por agricultores entrevistados como uma das maiores perdas recentes. No ano de 2012, quando o Programa teve o seu ápice, o governo federal chegou a destinar R\$ 800 milhões para o atendimento de 180 mil famílias de agricultoras e agricultores de todo o país. A partir de 2015 já houve uma redução, passando a atender 100.000 famílias. Em 2016, com a diminuição dos recursos, novamente o número de famílias atendidas foi reduzido, agora para 75.000. Ao contrário do que o êxito do Programa poderia apontar para o futuro em relação à continuidade dos investimentos, o orçamento estabelecido para 2018 representou um corte de 98% em relação ao ano anterior, fato que, na prática, significou a extinção do Programa, mesmo que não oficialmente declarada (CONSEA, 2017).

Diante disso, impõe-se refletir acerca das possibilidades materiais que embasam a construção da soberania alimentar. Inicialmente, é razoável partirmos do princípio de que o Estado deve ser *disputado*, pois por mais desiguais que sejam os parâmetros desta disputa, renunciar às possibilidades de elaboração de políticas para o desenvolvimento da agricultura produtora de alimentos seria o mesmo que admitir a sua derrota definitiva frente ao agronegócio. Entretanto, se as atuais políticas não prestigiam a elaboração e o fortalecimento de Programas de incentivo à produção e distribuição de alimentos, devido à histórica inclinação ruralista e latifundiária do parlamento brasileiro, o campesinato não pode, absolutamente, esperar.

Esperar pressupõe acreditar que o outro fará concessões ou que, lamentavelmente, não existem caminhos possíveis. Se não existem sinais de que no curto prazo a conjugação de forças terá êxito na construção de Políticas de Estado destinadas ao campesinato e, da mesma forma, se ainda seguimos apostando na viabilidade da agricultura camponesa a partir da produção e distribuição de alimentos, faz-se necessário pensar caminhos alternativos para a superação da dependência de maneira ampla, posto que a soberania alimentar não será conquistada por meio da dependência camponesa em relação a um Estado que, categoricamente, o excluí.

Dito isso, a teoria da produção ativa da escala descreve, no âmbito da produção e distribuição de alimentos, *possibilidades* de superação das relações de subordinação e dependência do sistema alimentar atualmente hegemônico. Estas possibilidades estão intimamente atreladas à maneira com a qual agricultoras e agricultores resolvem a equação quantidade *versus* diversidade em relação ao tamanho do seu estabelecimento, além dos recursos de transporte utilizados para “saltar” as escalas impostas pelo mercado capitalista e da especificidade do seu processo produtivo, elaborado com base na utilização *predominante* de recursos internos ou externos ao estabelecimento agrícola.

Concebida originalmente para o estudo da mobilidade ativa dos sujeitos no espaço urbano, a adaptação da teoria da produção ativa da escala de Smith (2000) para a interpretação da realidade rural e, mais especificamente, para o entendimento das formas de controle da escala de produção e distribuição de alimentos pelo campesinato, surgiu a partir da realidade verificada *em campo*.

Os trabalhos de campo realizados no âmbito do presente artigo (2017-2019) trouxeram exemplos de novas possibilidades de articulação direta entre produção e consumo de alimentos. A esse respeito, destaco inicialmente as “cestas agroecológicas” que, produzidas com base em técnicas e processos agroecológicos por famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) assentadas da Gleba XV de Novembro<sup>2</sup>, entregam “cestas” quinzenalmente nos municípios de Rosana/SP e Presidente Prudente/SP.

A partir de contatos com funcionários de instituições públicas e privadas, são divulgadas informações sobre a composição, preços e locais de entrega das “cestas”. Assim, as “cestas” são encomendadas e adquiridas individualmente, com o pagamento realizado no ato da busca. Dentre os alimentos que compõem a “cesta”, estão: alface, almeirão, couve, berinjela, jiló, limão, beterraba, banana, abobrinha, cheiro verde, salsinha, tomate, feijão e mandioca. Podem ser adicionados, ainda, itens opcionais, tais como café, ovo caipira, queijos, polpas de frutas, doces, biscoitos, mel, pães, dentre outros.

Dessa maneira, ampliam as possibilidades de comercialização na forma de venda direta da produção, sem a participação de nenhum tipo de atravessador, o que assegura a incorporação da maior parte da renda gerada pelo trabalho no campo, além do aumento da oferta de alimentos saudáveis, produzidos sem a utilização de veneno. De igual maneira, isso traz segurança

para os pequenos produtores, uma vez que com a comercialização garantida podem planejar com mais eficiência o calendário de cultivos.

Ainda no âmbito das estratégias de comercialização direta de alimentos, as feiras agroecológicas compõem outra relevante possibilidade, sobretudo quanto àquelas criadas por iniciativas de movimentos sociais, como o MST. Devido às exigências e investimentos inacessíveis para a maioria dos pequenos agricultores, o mercado de "certificação" funciona como um nicho para grandes varejistas, como Carrefour e Walmart. Nesse contexto, as feiras agroecológicas locais e regionais se destacam como uma forma de produção de base agroecológica, ainda que não oficialmente certificada (ABREU, et al., 2009).

Nesses mercados, a falta de certificação não inviabiliza a construção de relações de confiança e comércio justo, uma vez que os grupos sociais e comunidades envolvidas expressam uma consciência social diferente. Essa consciência é manifestada através de uma relação ampliada com os recursos ambientais e pela adoção de um estilo de vida fundamentado na crítica ao modelo de agricultura convencional (ABREU, et al., 2009).

Essa experiência da feira agroecológica foi verificada no município de Presidente Prudente/SP, no qual assentados do Pontal do Paranapanema comercializam, quinzenalmente, alimentos produzidos com base nos princípios da agroecologia. Realizada nas imediações de um Galpão Cultural do município, a feira constitui, por um lado, uma oportunidade de comercialização produtor-consumidor e, por outro, um estímulo ao consumo saudável de alimentos livres de agrotóxicos. Com volumes limitados aos recursos de transporte disponíveis, restritos aos automóveis particulares dos próprios assentados, as quantidades comercializadas são bastante restritas, fato que, não obstante, é perfeitamente sintonizado ao público da feira, reduzido, porém, frequente.

Questionados em relação às motivações pela feira agroecológica, os consumidores entrevistados afirmaram que tal escolha tem como prioridade a aquisição de alimentos “sem veneno”, uma vez que são frequentes as notícias sobre quantidades elevadas de substâncias tóxicas presentes em diversos alimentos. Esse entendimento confere aos alimentos de *apelo saudável*, como os agroecológicos, uma valorização social e um retorno econômico geralmente superiores aos produzidos de acordo com as técnicas e insumos da agricultura convencional, contudo, sem a imposição de preços elevados para o consumidor final, devido à relação direta proporcionada pela feira.

Atualmente, as vendas online abrem caminhos ainda pouco explorados, contudo, com um potencial crescente e promissor para gerar renda e fortalecer as famílias agricultoras. Isso atende às demandas dos consumidores por alimentos saudáveis, ao mesmo tempo em que proporciona conveniência na compra, alinhada às últimas tendências na criação de mercados alternativos.

Ao se apropriarem dos recursos técnico-científico-informacionais (SANTOS, 2002) como estratégia de diversificação da demanda e consolidação dos mercados de proximidade, as agricultoras e agricultores abrem, em conjunto com as consumidoras e consumidores urbanos, caminhos para novas formas de relação entre o urbano e o rural, sem a passagem pelo crivo dos atravessadores.

Para ilustrar este tipo de estratégia, podemos citar o “Bem da Terra” alimentos agroecológicos, localizado em Tupã/SP, no qual são produzidas diversas hortaliças com base em preceitos agroecológicos. Por meio de uma página de rede social, os alimentos disponíveis são apresentados para escolhas e encomendas, entregues em domicílio duas vezes por semana (BEM DA TERRA ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS, 2018). Dentre os alimentos comercializados, constam temperos e ervas, tais como cheiro verde, hortelã,

manjeriço e ora-pro-nóbis, além de hortaliças, como couve-flor, quiabo, abobrinha, beterraba, cenoura, berinjela e mandioca, alface, rúcula e couve, por exemplo.

Outra iniciativa promissora no âmbito de ações com o foco na criação de circuitos curtos para o abastecimento alimentar local é representada pela *Rede Ecológica*, composta por cerca de 230 famílias de consumidores urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Enquanto espaço de formação de *consumidores-cidadãos*, a Rede funciona por meio de mecanismos de autogestão de compras coletivas que, devido às relações diretas entre produtores e consumidores, permitem o abastecimento alimentar com qualidade, diversidade e preços acessíveis (CINTRÃO, B. et al., 2015). Para os agricultores, tal iniciativa assegura o alargamento dos mercados consumidores, possibilitando ainda o incremento da renda derivada da comercialização direta, sem a participação dos atravessadores, que drenam a renda camponesa e encarecem a alimentação das pessoas.

Nessa ótica, os consumidores desempenham um papel ativo na formação de conexões diretas, que garantem maior autonomia e variedade na alimentação. Ao mesmo tempo, os agricultores têm a oportunidade de expandir suas opções de venda por meio de mecanismos equitativos (CINTRÃO, B. et al., 2015). As iniciativas centradas em grupos de consumo são ainda bastante limitadas, o que não impede que constituam importantes alternativas para promover relações complementares e interdependentes entre o rural e o urbano.

Outros tipos de estratégias de aproximação entre produtores e consumidores, presentes em diversos municípios brasileiros, como as vendas diretas de bairro em bairro com a utilização de diferentes recursos de transporte (carroça, carro com engate, caminhonete, veículo utilitário, entre outras possibilidades), reforçam o arcabouço de possibilidades que

despontam a partir da aproximação entre os extremos da alimentação (Figura 1).

Figura 1: Comercialização direta de hortaliças no município de Presidente Prudente/SP.



Fonte: Trabalho de campo: VALÉRIO, 2017.

Nesse exemplo, o produtor, localizado no limite entre as áreas urbana e rural, leva os seus produtos (alface, rúcula, couve, cebolinha, tomate, cenoura, vagem, entre outros) semanalmente para a comercialização em pontos específicos da cidade, de maneira a estabelecer um dia da semana para cada bairro, normalmente nas esquinas das ruas com maior número de consumidores, como também identifiquei em trabalhos de campo nos municípios de Adamantina/SP, Araçatuba/SP e Dracena/SP.

Por sua vez, a feira-livre, uma das mais antigas estratégias de comercialização direta de alimentos, permanece e se afirma. Se por um lado os atravessadores compõem parte expressiva das vendas de alimentos nas atuais feiras-livres, por outro elas continuam abertas às relações de proximidade (VALÉRIO, 2008, 2011 e 2015).

Nesses estudos, ficou constatado que entre 40% e 80% das “barracas” da feira-livre eram dedicadas à comercialização de alimentos hortifrútiis. Entretanto, quando considerados apenas os produtores que comercializavam *algum tipo* de produção própria, verificamos que entre 20%

e 60% das “barracas” dedicadas à venda de hortifrúteis comercializavam produtos produzidos nos seus próprios estabelecimentos.

Nesse âmbito, os números mostram que, apesar das muitas dificuldades e desafios a serem superados, a tradicional feira-livre ainda constitui a estratégia de comercialização direta mais aberta e acessível aos pequenos produtores de alimentos hortifrúteis (VALÉRIO, 2008, 2011 e 2015).

A realidade encontrada em campo revelou que o trunfo camponês está, fundamentalmente, na possibilidade de levar, ele mesmo, a sua produção para vender. Portanto, a construção da escala implica na construção de relações de proximidade, que trazem em si a possibilidade de superação das amarras colocadas pelo sistema alimentar atualmente hegemônico, de maneira a vislumbrar uma relação na qual produtores e consumidores se encontram na realização da escala da soberania e não da dependência.

Confrontados com a teoria da produção ativa da escala de Smith (2000), estes exemplos ensejam analisar mais de perto os principais elementos constituintes da estratégia camponesa de controle do movimento dos alimentos. Para tanto, apresento a seguir um estudo de caso realizado no município de Pacaembu/SP, mais especificamente no sítio da “Dona Rosa”, assim como a sua participação na feira-livre do município.

O caso do sítio da “Dona Rosa” compôs uma oportunidade de verificar, na prática, a validade da teoria. Para isso, entre 2017 e 2019 foram realizados trabalhos de campo com o objetivo de acompanhar os detalhes da organização cotidiana que permite ao campesinato controlar o que vai ser produzido, quanto vai ser produzido, de que maneira e, principalmente, como serão construídas as escalas de comercialização da produção. Por conseguinte, analiso a seguir os principais elementos constituintes da estratégia camponesa de controle da produção e distribuição de alimentos.

## Pela soberania na produção e distribuição de alimentos: o caso do sítio da “Dona Rosa” na feira-livre do município de Pacaembu/SP

Em um movimento permanente de ida e volta entre a teoria que respalda as análises e as práticas socioespaciais dos sujeitos concretos, analiso agora a produção ativa da escala a partir do caso do sítio da “Dona Rosa”, com destaque para as estratégias de comercialização direta na feira-livre do município de Pacaembu/SP.

No período aqui considerado (2017-2019), dentre os diversos produtos comercializados na feira-livre do município de Pacaembu/SP, foi constatada a presença de um total de 46 “barracas”. Desse montante, a maior parte diz respeito ao comércio de produtos hortifrutigranjeiros, seguidos de pastel e churrasco, pães e doces, dentre outros (Tabela 1).

**Tabela 1:** Quantidade de “barracas” por tipo de comércio na feira-livre de Pacaembu/SP.

PRODUTOS	Nº de barracas
Hortifrutigranjeiros	14
Pastel e churrasco	5
Pães e doces	4
Artesanato	3
Plantas e flores	2
Caldo de cana	2
Ervas e especiarias	1
Peixes	1
Mel	1
Outros	13
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>

Fonte: Trabalhos de campo 2017-2019. Organização: VALÉRIO, 2023.

Nessas circunstâncias, a feira-livre compõe principalmente uma oportunidade de aquisição de alimentos frescos, além de ponto de encontro e lazer para os moradores do município, em especial após às 18:00 horas. Ao considerar a produção camponesa na feira-livre do município de

Pacaembu/SP, Valério (2008) constatou que, das 19 “barracas” dedicadas ao comércio de hortifrútis, 12 delas comercializavam algum tipo de produto produzido nos próprios estabelecimentos.

Esta realidade foi verificada também em Valério (2011) para o caso do município de Flórida Paulista/SP, entretanto, com menor expressão da participação camponesa na quantidade total de “barracas”. Em Valério (2015), no âmbito do município de Tupi Paulista/SP, também foi constatada a presença de relações de proximidade entre produtores e consumidores de alimentos hortifrútis com base na comercialização direta em feiras-livres.

Para aprofundar as investigações sobre a construção da escala de produção e comercialização de alimentos e, conseqüentemente, sobre as estratégias de aproximação entre produtores e consumidores, é oportuno analisarmos o caso do sítio da “Dona Rosa”, assim como a sua participação na feira-livre do município de Pacaembu/SP, recorte privilegiado neste artigo.

À frente do estabelecimento, “Dona Rosa”: mulher, mãe, esposa, avó, agricultora, feirante e principal responsável pela tomada de decisões. Seu marido, reservado e menos falante, só se pronuncia quando questionado. Nos trabalhos do sítio, se dedica principalmente as atividades mais pesadas e aos tratos de um pequeno número de vacas leiteiras, ficando para a sua esposa a escolha daquilo que será cultivado, em que momento, em que local do sítio, quais as quantidades de cada tipo, quando colher, quanto levar para comercialização na feira-livre, entre outras.

No sítio da “Dona Rosa”, apesar da limitada área agrícola disponível (aproximadamente três hectares), a quantidade de cultivos alimentares encontrados desafia as estimativas mais generosas. Em um levantamento detalhado realizado entre os anos de 2017 e 2018, contando frutas, verduras, legumes, ervas e temperos, foram encontrados 52 tipos de cultivos alimentares (Quadro 1).

**Quadro 1:** Cultivos alimentares encontrados no Sítio da “Dona Rosa”.

Abacate, abóbora cabotiá, abóbora paulista, açafraão, acerola, amora, araticum, banana maçã, banana nanica, banana prata, berinjela, café, cajamanga, caju, camu camu, caqui, cará, carambola, cheiro verde, coco, couve, feijão corado, feijão de corda, fruta do conde, goiaba, graviola, jabuticaba, jiló, laranja, limão, mamão, mandioca, manga, manjeriço, maracujá, maxixe, melão caipira, milho verde, nabo, noni, palmito, pepino de conserva, pepino comum, pera, pimenta doce, pimenta dedo de moça, pitanga, quiabo, romã, tangerina, urucum e vagem.

Fonte: Trabalhos de Campo 2017-2018. Organização: VALÉRIO, 2023.

Dentre os cultivos praticados, a maioria é destinada tanto para consumo quanto para a comercialização na feira-livre do município, realizada semanalmente, às quintas-feiras. As quantidades plantadas de cada tipo variam de acordo com a produção esperada, a época do ano, os recursos disponíveis e o tempo de trabalho a ser investido. Nesse sentido, como as altas temperaturas predominam na maior parte do ano e as chuvas volumosas são comuns entre dezembro e março, alguns tipos de hortaliças mais sensíveis ao excesso de calor e umidade, como alface, repolho e couve-flor, por exemplo, são menos cultivadas ou mesmo evitadas.

Para compensar os tipos não disponíveis em uma determinada época do ano, outros tipos são cultivados, de maneira a manter satisfeitas as quantidades totais necessárias para o consumo da família e a comercialização na feira-livre. Assim, essa compensação é qualitativa e quantitativa. Os volumes produzidos por cultivo devem ser grandes o bastante para o atendimento das necessidades de consumo e comercialização e, também, limitados às possibilidades materiais de comercialização direta dos produtos, condição expressamente declarada como a mais importante na tomada de decisões acerca das quantidades a serem produzidas por cultivo. De maneira simples e objetiva, “Dona Rosa” explica: “*não preciso produzir muito, só o que eu mesma consigo vender*” (Figura 2).

**Figura 2:** Cultivos do sítio da “Dona Rosa”, Pacaembu/SP.



Fonte: Trabalho de campo: VALÉRIO, 2018.

Portanto, a forma e o *destino planejado* para a comercialização dos alimentos cultivados constituem as principais referências na construção da diversidade encontrada nos roçados da “Dona Rosa”. De tal modo, se por um lado volumes mínimos devem ser produzidos para o consumo e a comercialização, por outro é a diversidade que proporciona a regularidade na oferta durante todo o ano, trunfo fundamental para o atendimento das demandas domésticas e a manutenção da renda advinda da comercialização na feira-livre do município (Figura 3).

**Figura 3:** Barraca da “Dona Rosa” na feira-livre de Pacaembu/SP.



Fonte: Trabalho de campo: VALÉRIO, 2019.

Do ponto de vista do processo produtivo, mesmo sem o conhecimento técnico acerca dos princípios agroecológicos que priorizam o aumento do número de espécies animais e vegetais em uma determinada área, a “Dona Rosa” constrói a sua lavoura com base em um tipo de produção que, em vários aspectos, contempla elementos presentes na agroecologia e na soberania alimentar, sobretudo em relação ao aproveitamento dos recursos internos ao estabelecimento, elevado patamar de diversidade cultivada e comercialização direta da produção.

Contudo, pelo fato de utilizar, mesmo que pontualmente, insumos químicos na produção e, também, não ter como objetivo declarado a agroecologia, seria incorreto denominar como agroecológica a produção do sítio. Por outro lado, na maior parte dos cultivos comercializados não são utilizados insumos industriais, não devido a uma tomada de consciência diante dos riscos da contaminação crônica, mas, principalmente, pelos altos preços deste tipo de produto.

Logo, a definição da forma específica pela qual os alimentos serão comercializados (onde, como e com quais recursos de transporte) é o que referencia o equilíbrio entre quantidade e diversidade, pois é isso que permite que a produção seja adequada ao atendimento das demandas na medida exata das possibilidades materiais de transporte. A esse respeito, na realidade do sítio da “Dona Rosa”, um dos elementos mais importantes na construção da escala de controle da produção e comercialização é um veículo utilitário da família, com capacidade de carga de aproximadamente meia tonelada.

Essa possibilidade de transporte é muito superior aos volumes comercializados semanalmente, pois a cada feira são levados entre 100 e 150 kg de alimentos, o que produz entre R\$ 400,00 e R\$ 600,00 como resultado. Se por um lado os volumes comercializados semanalmente são pouco

expressivos, por outro a renda resultante é quase<sup>3</sup> integralmente apropriada pela própria agricultora.

Quanto à importância econômica da venda de hortifrútis para a manutenção da família, apesar da maior parte da renda familiar ser decorrente de outras fontes, sobretudo de benefícios previdenciários, a venda na feira-livre oferece um importante complemento, fundamental tanto para o fortalecimento da renda quanto para a manutenção do seu modo de vida no campo. Nesse contexto, a comercialização de alimentos na feira-livre é a principal referência para a organização das atividades de cultivo, definindo os tipos a serem produzidos a cada período do ano.

É importante destacar que, ao adquirir a maior parte dos alimentos que precisa no próprio estabelecimento, a família camponesa economiza quantidades relevantes de recursos econômicos que, dessa maneira, podem ser investidos em outras necessidades. Por esse motivo, a renda auferida com a produção e comercialização de alimentos hortifrútis (dentre outros) na feira-livre de Pacaembu/SP deve ser considerada, também, à luz dos *recursos economizados*.

Na realidade da feira-livre de Pacaembu/SP, a “Dona Rosa” é a única que comercializa *apenas* produtos oriundos do seu próprio estabelecimento. Outros feirantes também vendem alimentos produzidos nos próprios estabelecimentos, entretanto, junto a outros produtos adquiridos com atravessadores, principalmente da Central de Entrepósitos (CEAGESP) de Presidente Prudente/SP. Nesse contexto, a produção própria figura apenas como uma oportunidade acessória, posto que, independentemente da realização de colheitas nos seus próprios roçados, a venda na feira-livre estará sempre assegurada, pois a maior parte dos alimentos comercializados são comprados de atravessadores e não produzidos por eles mesmos.

Já para a “Dona Rosa”, a continuidade das vendas depende diretamente do constante trabalho investido na forma de cultivos

alimentares, dado que é da sua relação com a terra que são adquiridos os alimentos comercializados semanalmente. Em uma barraca pequena e simples, a agricultora expõe os seus produtos para um público fiel, que disputa os itens trazidos devido à relação de confiança, qualidade e preços baixos praticados.

Além de variados tipos de alimentos hortifrúti, que compõem a maioria dos itens comercializados, a agricultora vende também produtos como feijão, café e urucum, além de produtos não alimentares, como buchas vegetais, por exemplo. Ao final da feira, poucos produtos “sobram”, posto que a oferta é constantemente ajustada à demanda.

Em que pese a reduzida escala de análise, o exemplo do sítio da “Dona Rosa” ilustra de maneira prática alguns dos principais fundamentos socioespaciais da produção ativa da escala e da soberania alimentar. Apesar de embrionárias, tais realidades abrem as portas para a construção de um sistema alimentar emancipado das relações de dependência e subalternidade compreendidas ao atual sistema hegemônico de produção, distribuição e consumo de alimentos.

## Considerações finais

Ao focarmos as atenções no processo de produção ativa da escala de produção e comercialização de alimentos, não podemos nos esquecer que a efetivação da soberania alimentar e da consequente emancipação de produtores e consumidores pressupõe, muito além de iniciativas individuais e coletivas emanadas da sociedade civil, de políticas públicas de acesso à terra, água, crédito, assistência técnica e, especialmente, de mercados regulares para a comercialização da produção.

Para além dos resultados imediatos, os exemplos apresentados apontam caminhos para a construção de outro sistema alimentar, referenciado na diversificação produtiva, utilização de insumos internos e

aproximação entre produtores e consumidores. Por mais que hoje a soberania alimentar constitua um horizonte ainda *em construção*, esta é uma referência que, à luz dos casos concretos analisados, projeta a possibilidade de um futuro no qual o sistema alimentar se traduza em realização, autonomia e democratização do direito à comida.

Nesse sentido, a produção ativa da escala representa a constante busca pelo equilíbrio entre quantidade e diversidade, tendo em vista a área útil disponível para a produção. Mais que isso, a produção ativa da escala destaca a importância das estratégias e recursos de transporte, imprescindíveis para “saltar” as escalas impostas pelo atual sistema hegemônico de produção e distribuição de alimentos, como demonstrado no caso do sítio da “Dona Rosa” por meio da sua participação na feira-livre do município de Pacaembu/SP.

Portanto, como mecanismo de controle do acesso, a construção da escala serve aos que dela se apropriam. Em outras palavras, a escala em si não aprisiona nem emancipa, mas confere poder aos que nela vislumbram possibilidades de controle não apenas de parcelas do espaço geográfico, como, também, dos fluxos derivados destas.

## Agradecimentos

Agradecimentos especiais à *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* (FAPESP), pelo apoio financeiro que permitiu a realização da pesquisa que fundamentou a elaboração deste artigo.

## Referências

ABREU, L. S. de; KLEDAL, P. R.; PETTAN, K. B.; RABELLO, F.; MENDES, S. C. Desenvolvimento e situação atual da agricultura de base ecológica no Brasil e no estado de São Paulo. **Embrapa Meio Ambiente**, 2009. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/577408/desenvolvimento-e-situacao-atual-da-agricultura->

de-base-ecologica-no-brasil-e-no-estado-de-sao-paulo. Acesso em: 04 abr. 2023.

BEM DA TERRA ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS. Página do “**Bem da Terra**” alimentos agroecológicos na internet. 2018. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/BemDaTerra.Agroeco/community/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/BemDaTerra.Agroeco/community/?ref=page_internal)>. Acesso em: 08 set. 2020.

CHADE, J. China já dá mais subsídios agrícolas que EUA e Europa. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 04 fev. 2015. Economia & Negócios. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,china-ja-da-mais-subsidios-agricolas-que-eua-e-europa-imp-,1629199>>. Acesso em: 25 set. 2020.

CINTRÃO, B.; GONÇALVES, D.; LANGENBACH, M.; CHIFFOLEAU, M. Compras coletivas e a formação de consumidores-cidadãos: a experiência da Rede Ecológica do Rio de Janeiro. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 09-14. 2015. Disponível em: <<http://aspta.org.br/article/compras-coletivas-e-a-formacao-de-consumidores-cidadaos-a-experiencia-da-rede-ecologica-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Agricultura familiar e compras públicas**: PAA. 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/outubro/agricultura-familiar-e-compras-publicas-paa>>. Acesso em: 03 set. 2020.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida**. Quem controla nossa alimentação? São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

VALÉRIO, V. J. O. A agricultura familiar na feira-livre do município de Pacaembu/SP: Possibilidades e realidades na construção de territórios da resistência camponesa. In: Congresso de Iniciação Científica da Unesp, 20., 2008, São José dos Campos/SP. **Anais do XX Congresso de Iniciação Científica da Unesp**, 2008.

VALÉRIO, V. J. O. **A segurança da dependência e os desafios da soberania: expansão da agroindústria canavieira e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP.** 2015. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente/SP.

VALÉRIO, V. J. O. **Alimentar ou ser alimentado? A expansão da agroindústria canavieira e a soberania alimentar em Flórida Paulista/SP.** 2011. 123 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente/SP.

VIA CAMPESINA. **The right to produce and access to land.** Rome: Via Campesina, 1996. Disponível em: <<http://safsc.org.za/wp-content/uploads/2015/09/1996-Declaration-of-Food-Sovereignty.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2020.

## Notas

<sup>1</sup> Artigo produzido a partir dos resultados da Tese de Doutorado do autor (Doutorado em Geografia), defendida em dezembro de 2019 na UNESP de Presidente Prudente/SP, sob orientação do Professor Dr. Eduardo Paulon Girardi.

<sup>2</sup> Localizada no extremo Oeste do estado de São Paulo, entre os municípios de Euclides da Cunha Paulista/SP e Rosana/SP, a Gleba XV de Novembro foi criada no ano de 1984 para assentar em torno de 500 famílias, em uma área de aproximadamente 13.300 hectares.

<sup>3</sup> Pelo fato de utilizar, ainda que de forma pontual e em quantidades restritas, substâncias químicas industrializadas, como fertilizantes e agrotóxicos, além de ferramentas e sementes adquiridas no mercado, parte da renda acaba, inevitavelmente, canalizada para setores da indústria.

## Publisher

Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pós-graduação em Geografia. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## Autor

**Valmir José de Oliveira Valério**, licenciado, bacharel, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente/SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA/UNESP Presidente Prudente, São Paulo, Brasil).

Data de recebimento: 22 de maio de 2023

Aceite: 03 de novembro de 2023

Publicação: 13 de dezembro de 2023